

As mercês e a relativização das razões fundadoras

Nas sociedades do Antigo Regime, as relações de poder estavam intimamente associadas a um sistema de trocas alimentado por uma cadeia de obrigações calcada na tríade *dar, receber, retribuir*, equação que envolvia a comunhão das noções de generosidade e obrigação.¹ Luciana Gandelman afirma que os monarcas *eram instados* "a gastar para além das capacidades de suas fazendas" o que teria como contrapartida a manutenção e a consolidação de um poder que "derivava justamente da capacidade de conceder dádivas e angariar, por meio destas, gratidão e obrigação."² Ainda que tudo o que os súditos recebessem do rei fosse considerado fruto da benevolência e do amor paterno demonstrados pelo monarca, havia uma avaliação dos serviços prestados pelos vassallos, na qual a relação serviços/mercês seria mensurada e o resultado final dependia inteiramente da vontade do soberano.³ Aos vassallos restava esperar que o valor dos serviços oferecidos fosse reconhecido e, conseqüentemente, considerado merecedor de mercês a serem contempladas pela benevolência régia. Há que se considerar que aqueles que reivindicavam, assim procediam, por acreditarem ter feito jus a alguma recompensa pelas ações realizadas em nome da grandeza e dos interesses da coroa a que serviam.

Na América portuguesa vigorava uma realidade na qual o que realmente contava para a elite colonial era "o processo de nobilitação e não, como em Portugal, a reprodução social da nobreza."⁴ Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, o ato de nobilitar era uma moeda de troca interessante aos monarcas do Antigo Regime, pois através dela objetivos eram alcançados de uma forma que não acarretava grandes despesas à Fazenda Real já que os "vassallos se contentavam com honras e privilégios inerentes à condição de nobre."⁵

No Brasil, durante o período colonial, a nobilitação que surgiu atrelada aos feitos militares de expulsão de estrangeiros e apropriação do território em nome da Coroa, foi gradativamente estendida e passou a ser utilizada "para incentivar a busca e a extração do ouro, para solidificar o corpo mercantil e aumentar as transações comerciais, e para compensar aqueles que ajudavam

financeiramente os reis nas ocasiões de crise.⁶ Nesse sentido, o consulado pombalino aparece como tempo de mudanças importantes, período em que diversas medidas foram tomadas no sentido de facilitar a mobilidade social. Foi no reinado de D. José I, por exemplo, que os homens ligados ao comércio tiveram seu estatuto modificado. Pombal concedeu aos comerciantes os direitos de nobreza estabelecendo, nos estatutos das companhias de comércio, que a nobilitação poderia ser utilizada como atrativo para incentivar os investimentos.⁷ Nizza da Silva assevera que "a legislação Josefina marca sem dúvida uma ruptura ao permitir que as elites mercantis das principais praças (Bahia e Rio de Janeiro) tivessem acesso a mercês honoríficas concedidas pelo monarca."⁸

A Academia dos Renascidos surgiu em um momento histórico em que certas peias que entravavam as possibilidades de ascensão social e de acesso a cargos nobiliárquicos estavam sendo paulatinamente eliminadas. Crescia, assim, o número de súditos que poderiam almejar novas posições na hierarquia social, ao passo em que aumentava a quantidade de oportunidades em que serviços e préstimos oferecidos pelos vassallos poderiam gerar a requisição de mercês e recompensas. Do estatuto renascido pode-se inferir que os acadêmicos nutriam a expectativa de serem agraciados com benesses decorrentes dos préstimos que a Academia ofereceria ao rei.

A produção erudita era uma atividade subsidiária de outras funções que os membros desempenhavam no corpo administrativo ou na hierarquia eclesiástica colonial e nenhum dos sócios se dedicava exclusivamente aos trabalhos acadêmicos o que faria da produção intelectual renascida, um novo elemento que poderia vir a aumentar a folha de serviços prestados ao rei. Ronald Raminelli afirma que nas sociedades do Antigo Regime, as redes de informação se inseriam na lógica hierárquica que retroalimentava a procura por privilégios e distinção e que "como qualquer serviço prestado à realza, o conhecimento era parte de uma troca, de um negócio entre o rei e seus súditos."⁹ Os membros da Academia estavam dispostos a mostrar que os seus trabalhos intelectuais poderiam figurar na economia das trocas como serviços diretamente relacionados aos interesses da monarquia e, como tais, passíveis de serem convertidos em elemento de barganha e solicitação de mercês.

Sintomático que durante a segunda reunião da Academia dos Renascidos, após a leitura dos estatutos, foi apresentada, pelo diretor da academia, uma carta encontrada por um sócio supranumerário na

qual o rei, D. Pedro II, concedia a Diogo Gomes Carneiro o cargo de cronista-mor do Brasil. Na ocasião da leitura da carta foram enaltecidos o estipêndio que lhe caberia e as instituições que deveriam prover a quantia.¹⁰ A apresentação desse documento trazia à tona a idéia de que o trabalho que os acadêmicos se propunham a fazer – agora em caráter coletivo – que em alguma medida poderia ser associado àquele desempenhado pelos cronistas, era digno de honrarias pecuniárias. A produção intelectual, certamente, poderia ser considerada como uma modalidade que complementava "as praxes e os usos do pedir."¹¹ A academia, nesse caso, se apresentaria como um centro no qual esforços de um tipo específico seriam feitos em nome da glória e dos interesses da Coroa portuguesa, tendo como fim a busca por prestígio e favorecimento.¹² Para o dia da inauguração oficial do grêmio, que foi, de fato, a terceira reunião, os temas escolhidos para as dissertações foram devotados ao monarca D. José I. Não apenas a reunião fora marcada para o dia de seu aniversário – 6 de junho – como todos os trabalhos convergiram para homenageá-lo. Assim, foram apresentados poemas líricos e versos heróicos em honra ao rei¹³ e com as dissertações não foi diferente. Dissertou-se sobre

Qual he a mayor gloria para o nosso monarcha, contar³ os seus felicissimos annos depois do terremoto e geral perigo de 1º de novembro de 1755, ou contar depois do successo de 3 de setembro do anno passado de 1758? Discorrendo-se em qualquer destes horrosos acontecimentos se mostrou a Providencia Divina, mais empenhada em conservar a preciosa vida do nosso Fidelissimo Rey e Pay da Patria.¹⁴

Houve ainda uma dissertação dedicada a responder a questão sobre o que seria mais glorioso para o rei, ser celebrado em Lisboa ou na Bahia,¹⁵ bem como uma que propunha a comparação entre D. José I e o rei-sol francês, Luiz XIV.¹⁶ A última dissertação do dia versou sobre "o grande affecto d'El Rey Nosso Senhor, ás Sciencias e Bellas Lettras."¹⁷ Esse trabalho, especificamente, exige uma atenção mais pormenorizada. Nesse caso, para facilitar a diligência dos discursos, ou mesmo para incentivar os tópicos a serem contemplados, foi distribuída uma advertência a todos os acadêmicos. Ela prenunciava:

Que entre muitas outras provas, se mostra que S. M. Fidelissima favorece tanto ás sciencias, que carecendo todas da sua real attenção

para as innumeráveis providências determinadas pelo tremendíssimo terremoto de 1º de novembro de 1755, o não embarçaram estas, para ordenar também pouco depois do mesmo terremoto, que a Academia Real da História Portuguesa, concorresse em corpo de tribunal, ao paço, mandando que para isso tivesse carta de aviso em todas as funções, e que continuasse as suas litterarias conferencias em uma de suas casas reaes do campo de Belém, assistindo o dito senhor a muitas, pessoalmente, para por este modo, restaurar com as obras d'aquelles sabios academicos, as memorias que se extinguiram no incendio e mostrar o quanto são uteis e estimaveis estes illustres Corpos litterarios, concorrendo igualmente, para que o pontifice estabelecesse rendas á academia Litúrgica, composta dos mais illustres sabios do Reino, sem embargo de que esta Academia não é Real.¹⁸

Optamos pela reprodução da advertência completa, pois acreditamos que se trata de um documento que consegue evidenciar com bastante propriedade o espírito de algumas das aspirações da Academia dos Renascidos. Aqui, tentou-se conjugar a glória do monarca e os interesses dos acadêmicos. Mesmo por que, a celebração do rei era um dos caminhos para que se tivesse acesso à materialização desses interesses. Em uma dissertação sobre os incentivos régios às ciências e letras os renascidos fizeram uma referência à Academia Real da História, centro do qual os acadêmicos brasílicos haviam emprestado a sua base estatutária e boa parte dos objetivos. A escolha da academia histórica portuguesa como exemplo não foi casual, uma vez que a academia brasílica se propunha a fazer no universo luso-americano o que a metropolitana propusera para a realidade da metrópole. Houve ainda, a referência à recuperação da memória que fazia dos *sabios académicos*, úteis e dos *illustres Corpos litterarios*, estimáveis. Significativo, principalmente quando se considera que a Academia dos Renascidos apresentava propostas de junção de letrados e de produção intelectual calcadas nas mesmas bases. Exaltar a relevância desse tipo de trabalho foi uma estratégia, necessária, que não passou despercebida aos acadêmicos renascidos. Nada melhor, para cercar o grêmio de legitimidade, do que enaltecer o valor que o monarca, em pessoa, conferia a esse tipo de iniciativa. Sua utilidade na metrópole poderia ser facilmente transposta para a colônia uma vez que aqui, reuniam-se todos os elementos a justificar uma produção histórica em moldes parecidos, mesmo sem terremotos ou incêndios devastadores.

Além disso, foi necessário evidenciar a concessão de rendas, o

que, aliás, certamente estava nos horizontes de expectativa da reunião dos 'mais illustres sabios' da América portuguesa. A advertência destacou que, mesmo não sendo *Real*, à Academia Litúrgica não haviam sido colocados embargos que a impedissem de receber rendas por parte do Pontífice. Interessante que quando da votação que colocou em pauta se a Academia dos Renascidos deveria ou não pleitear a dignidade do título de *Real*, trinta e seis dos quarenta acadêmicos foram contra, o que impediu que a requisição fosse encaminhada ao rei.¹⁹ Talvez houvesse entre os acadêmicos o receio de que o monarca recusasse a concessão do título de *Real* a uma academia fundada em território colonial, sendo então melhor não fazer o pedido do que arriscar a sua recusa, evitando a depreciação da sua imagem. Mas, como vimos na passagem acima, mesmo que uma academia não dispusesse dessa honrosa alcunha, não haveria embargo de que ela fosse contemplada com rendas.

Podemos então identificar a conjugação de dois fatores bastante marcantes da produção intelectual: louvar o rei e solicitar mercês. Em se tratando desse documento em particular não foi uma requisição direta, mas uma referência que relacionou a produção intelectual ao recebimento de favores. Desde o começo, datando do primeiro encontro em caráter oficial, os renascidos contemplaram a celebração do monarca, dedicada a enaltecer suas ações públicas e episódios de sua vida privada, o que pode ser visto como uma forma de fazer se manifestarem seus interesses em meio a atividades que na aparência eram apenas laudatórias.

É preciso ter em mente que cativar o monarca era apenas um dos trunfos em poder da Academia dos Renascidos. O outro era o oferecimento de um serviço que fez com que suas similares metropolitanas fossem reconhecidas como úteis e estimáveis e que estava, comprovadamente, atrelado aos interesses régios. Essas funções, que poderiam ser associadas ao conjunto de propostas elaboradas pelo grêmio renascido, eram as moedas de troca que poderiam redundar na concessão de mercês pelo soberano aos membros da Academia. Tornar-se digno do reconhecimento régio foi um dos objetivos que os acadêmicos renascidos acalentaram e se esforçaram para alcançar quando da fundação do congresso e que marcou a Academia durante sua breve existência. Houve membros, inclusive, que mesmo depois do encerramento das atividades utilizaram-se da alcunha de membros da Academia dos Renascidos para oferecer suas produções intelectuais ao rei. O acadêmico Jose de Mirales ofereceu sua obra *Historia Militar do Brazil desde o anno*

de mil quinhentos e quarenta e nove, em q' teve principio a fund.^{am} da Cid.^a de S. Salv.^{or} Bahia de todos os Santos até o de 1762 ao monarca nos seguintes termos "offerecida a EL REY FIDEL.^{MO} D. Iozé o I.^o composta por D. Iozé de Mirales Ten.^a Cor.^{el} de hum dos Regimentos da Goarnição da mesma Cidade do Salv.^{or}; e Academico numer.^o da Accademia Brazilica dos Renascidos"²⁰, depois do fim das atividades acadêmicas. Destarte, o texto que antecedeu a apresentação dos estatutos, evidenciou a causa que teria originado a fundação da Academia:

*Os fieis vasslos d'elrei nosso senhor, que habitão n'esta capital dos seos estados do Brazil, aos quaes nenhum da Europa poderá exceder na lealdade e sincero amor ao soberano, viverão na maior consternação dêsde que receberam a noticia da perigoza enfermidade de S. M. Fidelissima (...) em que conseguirão a certeza do perfeito restabelecimento da importantissima vida, e precioza saude do mesmo senhor. Foraõ ainda mais os jubilos nos coraçõens, que os repiques nas igrejas, e com innumeraveis festas publicas repetidas vezes manifestou-se o gosto que tinhaõ no peito.*²¹

Os súditos residentes da América portuguesa enalteciam a recuperação da *precioza saude* do rei como fato que fez nascer neles a motivação para criar a Academia dos Renascidos, que foi representada nos estatutos como sendo uma forma de celebrar o restabelecimento da *importantissima vida* do monarca. Com a finalidade "de perpetuar na memoria p.^a os séculos futuros sua incomparavel alegria alimentada da pureza da sua fidelidade"²², os súditos buscavam um "novo modo de dar ao mundo hua prova demonstrativa da sinceridade desses obsequios."²³ O documento não se furtou de enaltecer que a escolha fora feita com base na afeição que os acadêmicos sentiam por seu monarca. Considerando as oferendas que poderiam ser dignas do rei, eles ponderaram que "os Soberanos são Senhores das vidas, honras, e fazendas dos seus Vassalos, e q' offerecer lhes tudo isso he mais prova de sujeição, q' do affecto"²⁴ e então decidiram estabelecer "hua Academia q' tenha por principal Instrução escrever a Historia Universal Eccles.^a e Secular da America Portuguesa."²⁵ Os idealizadores do projeto almejavam expressar "hum perpetuo padraõ de sua alegria e do seu affecto"²⁶ para com o rei que seria homenageado, ainda, pelo começo das atividades "no feliz dia em q' se celebra o Anniversario da nossa maior fortuna, dedicando a este sublime objecto as primeiras produçoens dos seus engenhos."²⁷

Na apresentação de todas as propostas de dissertações que se seguiriam aos estatutos, o monarca seria, ainda, objeto de outra dissertação sobre, "As Memorias para a Historia do nosso Augusto Soberano e Protector da Academia dos Renascidos, o Muito Alto, Muito Poderozo Rey e Pae da Patria."²⁸ A linguagem, submissa e reverente, deu o tom da homenagem prestada ao monarca e da justificativa dada para a fundação da Academia. Há aqui duas representações interessantes. Primeiro a da Academia enquanto forma mais digna encontrada pelos vassalos para mostrar ao rei – e ao mundo – seu agradecimento e seu júbilo pela recuperação da saúde da sua *maior fortuna*. Diante de várias possibilidades que se apresentavam, os renascidos representaram a Academia como a melhor alternativa possível para dignificar e louvar o rei. Importante ressaltar que os membros responsáveis pela elaboração dos estatutos descreveram o congresso renascido, desde as primeiras linhas escritas sobre sua fundação, como local a partir de onde se pretendia evidenciar ao mundo a fidelidade devotada ao monarca lusitano através de manifestações calcadas em práticas de escrita.

Conferindo dimensão internacional ao desejo de mostrar o amor e o afeto que direcionavam a seu rei, os acadêmicos estenderam esse alcance transnacional à sua produção escrita uma vez que esta seria a ferramenta usada para que se materializasse esse desejo. Extrapolar os limites do universo metrópole/colônia era uma estratégia retórica que serviria tanto para enaltecer e superdimensionar a devoção dos súditos luso-americanos como para ampliar a circunscrição dos préstimos que a Academia oferecia ao rei, que pela sua própria natureza necessitavam de uma dimensão intercontinental. A segunda representação foi a dos acadêmicos, na verdade uma auto-representação que os descreveu como vassalos depositários de uma *fidelidade pura* dotados de uma *alegria incomparavel*, que encontraram na Academia a forma, não apenas mais digna de louvar ao rei, mas também a que mais deixaria transparecer o apreço afetivo que tinham por ele. Assim, além dos objetivos práticos que se propunha a perquirir atinentes aos interesses régios, a Academia era a expressão sentimental de uma homenagem que fora originada a partir de sensações de afeição que os vassalos de além-mar nutriam pelo seu soberano.

Desde o primeiro parágrafo do documento ficou evidenciado que a lealdade para com S. M. F. não seria mitigada pela distância que o separava fisicamente de seus súditos americanos, *aos quaes nenhum da Europa poderá exceder na lealdade e sincero amor ao*

soberano. Os estatutos se encarregaram de mostrar, ainda, todas as utilidades que uma iniciativa como a fundação do congresso renascido poderiam oferecer aos interesses do monarca. Assim, "sendo certo que dos congressos litteratos rezultaõ á republica inexplicaveis utilidades, que só se reconhecem com a experiencia, e se premeaõ as ações illustres, perpetuando-se a memoria das que obraraõ os vassallos mais dignos."²⁹ Os fiéis vassallos reunidos descobriram a fórmula mais digna para dar mostras de sua fidelidade e sujeição estando em perfeita consonância com os interesses do rei que

(...) fará mais estimação d'este obzequio, que levantar-lhe em cada praça publica um estatua equestre do mais preciozo metal. (...) uma academia, que tomou por empreza escrever a nossa historia d'este continente, e tem por obrigação averiguar a verdade, podia fazer eterno o seo agradecimento aos reaes beneficios, colocando no templo da Fama a glorioza memoria das ações de um rei, que pode ser o prototipo de todos os príncipes perfeitos.³⁰

Ao "Poderoso Rey D. Joze N. Sn. e Pay da Patria"³¹ os acadêmicos alçaram à condição de *Protector* da Academia, "a quem se dedica esse utilissimo estabelecim.^o"³² bem como a quem "seraõ sempre dedicadas"³³ as obras produzidas. Os membros da Academia jogavam assim com seus interesses. Na passagem acima ficaram explicitadas as razões da superioridade do tipo de serviços e homenagens oferecidos por uma academia histórica diante de outros gêneros de reverência típicos do período. Esse parágrafo já era uma proposta bastante direta ao rei: imortalizar o monarca a partir da colocação de suas ações no *templo da Fama*, o que certamente ajudaria a elevá-lo à condição de *príncipe prefeito* – o que por si só já justificaria a criação da academia – em troca de algumas retribuições. A imortalidade régia se transformava em algo tangível através de um serviço oferecido ao rei pelos acadêmicos. Seu preço? A concessão de alguns *reaes beneficios*. A história deveria ser o recurso intelectual através do qual se enalteceria a glória real legando o monarca e suas ações à posteridade. A disciplina histórica necessitaria, assim, de certos méritos que corroborassem a dignidade da empresa-proposta, e tinha, além disso, a função tácita de contribuir para convencer o monarca e comprovar a viabilidade da empreitada.

Destarte, a iniciativa – de esforço conjunto para fundação da academia – se justificava apoiada no mecanismo erudito – a história – a ser colocado em prática na construção do trabalho intelectual a

serviço da memória. Sem a primeira "ficaraõ injustamente sepultadas as maiores façanhas, ou pelo irreparavel ocio dos eruditos, ou pela ignorancia invencivel dos vindouros"³⁴ e sem a segunda "nem se temeria a infamia pela facilidade, com que se poderia esquecer, nem seria muito estimavel a gloria de emprehender açoens grandes, durando pouco tempo a lembrança das heroicidades."³⁵ Os acadêmicos apresentavam suas credenciais para fazer com que chegasse à posteridade uma imagem gloriosa do soberano. Apesar do amor e do afeto que sentiam por ele, os renascidos acalentavam a expectativa de que essas propostas fossem contempladas por benefícios régios que seriam a comprovação de que o serviço oferecido havia despertado o interesse e o reconhecimento do rei. Na economia das trocas os acadêmicos luso-brasileiros ofereciam uma passagem para o céu, caberia ao rei julgar a qualidade do traslado.

A busca por prestígio e benefícios era uma moeda de dois lados. O beneplácito e a generosidade poderiam ser recompensas para os fiéis e devotados servidores dos interesses régios. A proscricção poderia ser a contrapartida que vitimava mesmo aqueles que já haviam desfrutado da confiança do rei ou do seu ministro. José Mascarenhas foi prova cabal disso. Mascarenhas foi designado para conter os motins ocorridos em 1757, no Porto, por ocasião da fundação da Companhia de Comércio das Vinhas do Alto Douro. Em 1758, chegou ao Brasil na condição de Conselheiro Ultramarino, cheio de incumbências políticas e administrativas importantes como fundar dois conselhos e orquestrar a expulsão dos jesuítas da América portuguesa. Além de ter cumprido rigorosamente com as determinações que lhe haviam sido atribuídas, Mascarenhas fundou uma academia que tinha como uma de suas principais funções render homenagens às figuras de D. José I e de seu ministro.

Mas, não importava a folha de serviços prestados anteriormente, punições severas eram a praxe para com quem descumpria determinações de Pombal. Acusado de estabelecer relações cordiais com um navio francês que aportara na Bahia, Mascarenhas foi encarcerado e condenado à prisão perpétua.³⁶ Nem as funções que desempenhara ao longo de sua vida como funcionário do aparelho administrativo português, ou os serviços prestados por sua academia no sentido de glorificar o rei e de ajudar a comprovar a legitimidade da soberania portuguesa no Brasil, foram suficientes para salvá-lo. O reflexo foi sentido na Academia dos Renascidos que, na ausência de seu diretor perpétuo, encerrou precocemente suas atividades o que terminou por antecipar o fim das propostas de ação

e intervenção da sua produção intelectual.

Conectado ao ideário reformista do consulado pombalino, a produção da Academia dos Renascidos foi influenciada por conceitos ilustrados. Ainda que seja necessário relativizar o grau de amadurecimento desses conceitos, sua influência no círculo renascido parece inegável. O reconhecimento da necessidade de melhor conhecer as riquezas e as potencialidades da colônia se fez presente nos anseios desses acadêmicos que para isso lançaram mão de algumas das disciplinas mais valorizadas pelo cientificismo setecentista europeu. Apesar da efemeridade das atividades renascidas, suas ações no campo intelectual ajudaram a aperfeiçoar os ideais reformadores que seriam incorporados com mais força e maturidade pelos intelectuais que participaram do cenário político e cultural brasileiro do último quartel do século XVIII.

Notas de Referência

- * Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Assistente da UFBA. Contato: bopessoti@yahoo.com.br Este artigo é parte da dissertação de mestrado, que teve apoio financeiro do CNPq: PESSOTI, Bruno Casseb. *Ajuntar manuscritos, e convocar escritores: o discurso histórico institucional no setecentos luso-brasileiro*. 2010. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- 1 GANDELMANN, Luciana. "As mercês são cadeias que não se rompem": liberalidade e caridade nas relações de poder do Antigo Regime Português. In: SOIHET, Raquel, BICALHO, Maria Fernanda B. e GOUVÊA, Maria de Fátima S. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro, Mauad, 2005, p. 109-110.
 - 2 Ibidem, p. 113.
 - 3 SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo, UNESP, 2005, p. 221.
 - 4 Ibidem, p. 7.
 - 5 Ibidem, p. 7-8.
 - 6 Ibidem, p. 7.
 - 7 MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998, p. 77.
 - 8 SILVA, op. cit., p.11.
 - 9 RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas. Monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo, Alameda, 2008, p. 20.
 - 10 LAMEGO, Alberto. *A Academia Brasileira dos Renascidos*. Bruxelas, D'Art Gaudio, 1923, p. 17.

- 11 SOUZA, Laura de Mello. *O sol e a sombra*. São Paulo, Cia. das Letras, 2007, p. 384.
 - 12 MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Uma sinfonia para o Novo Mundo: a Academia Real das Ciências de Lisboa e os caminhos da ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial*. 1999. 453 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999, p. 74.
 - 13 *Estatutos da Academia Brasileira dos Acadêmicos Renascidos, estabelecida na cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, capital de toda a América portuguesa, da qual há de escrever a História Universal*. Salvador, 21 de julho de 1759. (Em anexo, relação da distribuição dos empregos para os quais a Academia dos Renascidos elegeu por votos). BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca. Original Manuscrito, 41 p.
 - 14 Ibidem.
 - 15 Ibidem.
 - 16 Ibidem.
 - 17 Ibidem.
 - 18 LAMEGO, op. cit., p. 18-20.
 - 19 TALHE, Regina Duarte. *A Academia Brasileira dos Renascidos da Bahia: sua importância histórico-cultural*. 1964. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Clássica de Lisboa, Lisboa, 1964, 1^ov, p. 11.
 - 20 MIRALES, José de. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1900, folha de rosto.
 - 21 *Estatutos da Academia Brasileira dos Acadêmicos Renascidos...*, op. cit..
 - 22 Ibidem.
 - 23 Ibidem.
 - 24 *Estatutos da Academia Brasileira dos Acadêmicos Renascidos...*, op. cit..
 - 25 Ibidem.
 - 26 Ibidem.
 - 27 Ibidem.
 - 28 Ibidem.
 - 29 Ibidem.
 - 30 Ibidem.
 - 31 Ibidem.
 - 32 Ibidem.
 - 33 Ibidem.
 - 34 Ibidem.
 - 35 Ibidem.
- José Mascarenhas fora encarcerado em uma prisão em Santa Catarina. Com a subida de D. Maria ao poder, em 1777, e a conseqüente deposição do Marquês de Pombal, Mascarenhas foi libertado.